

MIRANDA, Evaristo Eduardo de *et al.* Estimativa da área urbanizada do Brasil como ferramenta de planejamento territorial e ambiental. In: STEINBERGER, Marília (org.). **Território, Ambiente e Políticas Públicas Espaciais**. Brasília: Paralelo 15 e LGE, 2006. P. 283-297.

MOREIRA, Maurício A. **Fundamentos do Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação**. 3. ed. Viçosa: UFV, 2005.

NEGRI, Barjas. **Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880 – 1990)**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

O RECENTE PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE CAMPINAS: O PROJETO SOCIAL “VIP VIRACOPOS” (2006-2010) IMPLEMENTADO NA REGIÃO DO JD. CAMPO BELO

Helena Rizzatti Fonseca

helenarizzattifonseca@gmail.com

Instituto de Geociências – Unicamp

Palavras-chave: urbanização, Campinas, periferização.

Ao analisarmos a história das sucessivas transformações do território de Campinas nota-se a constituição de uma importante densidade técnica, científica e informacional ao longo do século XX. Campinas participa ativamente da nova divisão territorial do trabalho fundada na variável informação, acolhendo objetos (formas geográficas) e ações condizentes com esta nova vaga de modernizações. A cidade é hoje um centro de informações científicas e econômicas, lugar para diversas redes privadas e públicas que perpassam o território brasileiro.

Todavia a cidade acompanha a tendência do processo de urbanização no país, conduzido em grande medida por interesses corporativos. Tais interesses se utilizam dos mecanismos da especulação, da manipulação da legislação

urbana e dos orçamentos públicos, bem como da manipulação das informações e, dessa maneira, configuram um *território usado* (SANTOS e SILVEIRA, 2001) pautado na fragmentação e na segregação. Configura-se, assim, um espaço urbano que abriga as modernizações, mas incapaz de responder às necessidades de grande parte da sua população e, desse modo, reprodutor de uma pobreza estrutural (SANTOS, 2000)¹.

Segundo Cano e Brandão (2002), dois “eixos” organizam o espaço urbano campineiro: o sul-sudoeste, denominado ‘eixo da pobreza’, e o norte-nordeste, denominado ‘eixo da riqueza’. A região do Jardim Campo Belo, nosso estudo de caso, se localiza no primeiro eixo, mais especificamente às margens da Rodovia Santos Dumont, nas proximidades do Aeroporto Internacional de Viracopos, a 16 quilômetros de distância do centro da cidade.

O projeto social da Prefeitura Municipal, em parceria com a INFRAERO, o governo estadual e o governo

¹ De acordo com os dados de 2006, disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Campinas, a cidade conta com aproximadamente 1,06 milhões de habitantes. Deste total, 15% da população, o equivalente a 157.648 pessoas, está distribuída entre as 82 favelas, 131 ocupações e 20 núcleos existentes no município. De acordo com o IBGE, no ano de 2006, a taxa de desemprego na cidade correspondia à 9,7% da população economicamente ativa, equivalente a cerca de 54,6 mil desempregados; o SUS oferece, em média, 1,55 leitos para cada mil habitantes; 6,31% dos nascimentos registrados são de mães adolescentes (com menos de 18 anos); o grau médio de escolaridade da população alcança o ensino fundamental completo, aproximadamente 8,5 anos estudados; o analfabetismo atinge 5% população, ou seja, há cerca de 53 mil analfabetos.

federal, denominado ‘Projeto de Inclusão Social da Região do Aeroporto Viracopos’ foi implantado no ano de 2006. Este nome é utilizado apenas em documentos oficiais, para fins de divulgação externa à máquina governamental é nomeado ‘Vip-Viracopos’. Trata-se de um projeto de reurbanização específico para a região do Jd. Campo Belo, devido às mudanças no projeto de ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos que não irá mais se expandir sobre os bairros dessa região sendo alterado para outra direção sua expansão².

A verba que está sendo investida neste projeto social, oficialmente, é de 74 milhões de reais para a instalação de infraestruturas na região do Campo Belo. Enquanto apenas para o início da expansão do aeroporto estão sendo disponibilizados mais de 500 milhões de reais. Apesar do desenvolvimento do projeto com fins sociais, já reafirmamos as palavras de Tozi (2008, p. 107) “ao contrário do que propõem certas análises (...) a opção pelo SuperViracopos é uma escolha política guiada pelos interesses corporativos no território”.

O projeto SuperViracopos pretende transformar o aeroporto no maior da América Latina, e conectá-lo a um mega

² Essa região sofreu ameaças de ser desapropriada em razão da expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos, mas devido ao adensamento habitacional da área e à resistência dos moradores, durante os últimos dez anos, a prefeitura de Campinas decidiu utilizar outra área ao redor deste macro-sistema de transporte aéreo para esse fim.

e novo sistema de transporte de macro influência nas redes geográficas da região sudeste do país através da implantação do TAV (Trem de Alta Velocidade) entre Campinas, Rio de Janeiro e São Paulo.

De acordo com documento oficial do projeto Vip-Viracopos, disponibilizado pela Secretaria de Habitação de Campinas (SeHab), os objetivos deste projeto social são:

- Viabilizar a recuperação das áreas ambientalmente degradadas;
- Recuperar unidades precárias, com reforma, ampliação ou construção de unidades sanitárias;
- Implantar obras de infra-estrutura (redes de água e de esgoto, iluminação pública e domiciliar, galerias de águas pluviais, guias, sarjetas e pavimentação);
- Propiciar melhoria da qualidade de vida da população;
- Promover a regularização da área de intervenção.

Consideramos que a implantação de tais objetos é mal planejada devido à ação individual, setorial, de uma secretaria em relação à outra, de forma que os transtornos para tais obras são mais duradouros e as tornam menos eficientes.

Damos destaque, para exemplificar nossas críticas ao projeto Vip-Viracopos, ao caso do Residencial Jardim Marisa que corresponde aos planos de melhoria habitacional da região como parte importante das estratégias políticas do prefeito Hélio de Oliveira.

Trata-se de um conjunto habitacional de casas, em torno de 300 unidades, que passaram, e ainda passam, por diversos percalços. Essas casas já haviam sido finalizadas no ano de 2008, mas devido ao seu pequeno tamanho – servida de apenas um cômodo – a população pediu a construção de pelos menos mais um cômodo para as famílias maiores que seriam beneficiadas. Com isso, as casas não foram entregues, mas, também, não foram construídos esse cômodo extra até o início de 2010, quando são invadidas por famílias residentes na região que tiveram suas casas demolidas pela prefeitura em dezembro de 2009, ou que suas residências ficaram inabitáveis durante o período de chuva no mês de Janeiro e Fevereiro deste ano. Essas famílias ocuparam as casas no final do mês de Janeiro, a prefeitura desocupou os imóveis no dia 6 de fevereiro e, logo em seguida, dia 8 do mesmo mês, foram entregues oficialmente 184 delas e até o dia 10 de fevereiro foram todas entregues. Porém, tal entrega ocorreu sem a construção do cômodo extra e sem a ligação à rede de água e de iluminação elétrica que foi implantada em toda a região nos últimos três anos. Por fim, após apenas quatro dias de uso desses imóveis a chuva já causou diversos danos nas péssimas infraestruturas das residências com infiltrações, problemas nas instalações elétricas, entre outros.

Retomamos agora algumas passagens de Santos (1987) em busca de reforçar nossa análise sobre tais ações.

E o direito de morar? Confundido em boa parte da literatura especializada com o direito a ser proprietário de uma casa é objeto de um discurso ideológico (...). Quando, diante da situação explosiva nas cidades e em face da proximidade de eleições, foi decidido construir casas para os mais pobres, foi para lhes dar habitações que já nasciam subnormais (...). A normalidade estabelecida para os pobres por definição oficial, aconselhada e defendida por pseudo-intelectuais, passou a autorizar a construção de habitações tão pequenas que conduzem a toda espécie de confinamentos e promiscuidades. (...). Isso justifica pensar que o raciocínio economicista e imoral tomou o lugar da cultura, que levaria a preocupações mais nobres (SANTOS, 1987, pp. 45-46).

É preciso um alto senso crítico e acesso a diversas fontes de informação para a análise da reurbanização que está em processo de implantação na região. Trata-se de um projeto de renovação urbana dessa parcela do território, que, se tratando de uma cidade corporativa como Campinas, dificilmente será guiada por um objetivo maior do que a valorização do solo urbano.

Fazemos tal afirmação pois, ao acompanhar as implantações de tal projeto social, notamos o crescente aumento de casas à venda na região, principalmente nas áreas privilegiadas pelas obras do projeto. Notificamos a ida de um grupo de famílias que migraram para um acampamento do MST na cidade de Sumaré devido não só ao aumento do custo

de vida, como à valorização dos imóveis e terrenos. Tal valorização-competitividade subiu os aluguéis do lugar obrigando essas famílias a se mudarem. De acordo com relatos de moradores e de lideranças dos bairros, os terrenos que custavam por volta de 15 mil reais antes do início do projeto custam hoje, pelo menos, o dobro. Enquanto o valor dos aluguéis foi triplicado. Assim, a população pobre que já havia sido forçada a migrar para o Campo Belo se viu novamente obrigada a se mudar para outra área da Região Metropolitana menos valorizada pelo mercado imobiliário.

Como discute Arroyo (1996, pp. 81-83):

Um território em transição, seria um território que busca uma nova organização, uma nova ordem (...). Na esfera das ações, a competitividade mostra-se como um requisito fundamental para entrar no futuro (...) quando, na realidade, limita-se a reproduzir o presente. As condições criadas para entrar na batalha da competitividade estão garantidas só para poucos.

Para Santos (1987) essas ações isoladas, que acontecem em fragmentos do território urbano, realizadas por poucos agentes da sociedade urbana faz com que não se chegue aos objetivos de tornar cidadãos essa população pobre esquecida pelo poder público municipal, podendo até retroceder tal busca. Já que com a implantação de novos fixos públicos procura-se satisfazer aos consumidores e não aos cidadãos. Além disso, são mudanças colocadas abruptamente,

de certa maneira, em pouco tempo, causando um desequilíbrio das variáveis que constituem o lugar e a vida de relações desse lugar que se dá em outra escala e por outras lógicas conhecidas só por aqueles que nele vivem.

Referências bibliográficas

ARROYO, María Mónica. Território, transição e futuro. **Revista Experimental**, São Paulo, n. 1, p. 77-85, jul. 1996.

CANO, Wilson & BRANDÃO, Carlos A. **A Região Metropolitana de Campinas**: urbanização, economia, finanças e meio ambiente. Vols. 1 e 2. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensando único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

TOZI, Fábio. Usos corporativos e a impertinência do espaço de todos: a Região Metropolitana de Campinas e a privatização do Território Brasileiro. In: SOUZA, M. A. A. (org.). **A Metrópole e o Futuro**: Refletindo sobre Campinas. Campinas: Territorial, 2008.

CONSTRUÇÃO DAS IMAGENS DA CIDADE: LEGIBILIDADE E IMAGINABILIDADE DA PAISAGEM DE CAMPINAS (SP)

Luiz Tiago de Paula

luiz.paula@ige.unicamp.br

Instituto de Geociências - Unicamp

Palavras-chave: geografia cultural e humanista, fenomenologia, paisagem, imagem, experiência urbana.

O presente trabalho visa apresentar possibilidades relacionadas aos âmbitos metodológico e epistemológico. Trata-se de uma pesquisa incipiente que encara o desafio de aliar a metodologia de Kevin Lynch, da década de 1950 sobre a imagem da cidade moderna, às novas orientações teóricas baseadas na Geografia Humanista e Cultural (HOLZER, 2010; RELPH, 1979; ENTRIKIN, 1980). O objetivo é, além de apresentar resultados empíricos da pesquisa, fazer um “vôo teórico”, em que estaremos preocupados com a abordagem e a maneira com as quais podemos estudar e viver a cidade.

Pensar a cidade, embora tanto a arte (ARGAN, 2005; CALVINO, 1990; SAINT-EXUPÉRY, 1982) quanto a ciência (CARLOS, 1999; FREITAG, 2006; OLIVEIRA, 2002; RÉMY e